

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – AMAZUL



AMAZUL

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.

Valor Público em Termos de Produtos e Resultados Gerados, Preservados ou Entregues no Exercício, e a Capacidade de Continuidade em Exercícios Futuros

O mar brasileiro guarda imensas reservas de petróleo e gás, além de outros recursos não-vivos, tais como sal, cascalhos, areias, crostas cobaltíferas e sulfetos, entre outros que representam importantes fontes de riquezas para o País, além de conter uma grande variedade de organismos marinhos de valor biotecnológico que possuem propriedades com amplas aplicações, principalmente nas áreas de fármacos, cosméticos, alimentos e agricultura.

O Brasil possui uma extensa área marítima, com importância inquestionável por ser a principal via de transporte do comércio exterior do País, por sua diversidade de recursos naturais como a pesca, a biodiversidade marinha, por suas reservas de petróleo e gás e outros recursos minerais, além de sua influência sobre o clima brasileiro.

Com 7,4 mil quilômetros de costa, o Brasil tem, sob sua jurisdição, 3,5 milhões km² de espaço marítimo. Área que apenas o Brasil pode explorar economicamente e que, por conta das riquezas naturais e minerais abundantes, é chamada de Amazônia Azul, numa comparação à importância da floresta amazônica para o país.

Navegação, pesca, turismo, geração de energia renovável, e, principalmente, extração de petróleo e gás fazem da faixa oceânica fundamental para a economia e a soberania do país. A ponto de o Brasil pleitear junto à Organização das Nações Unidas a ampliação do que é chamado de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) em mais 2 milhões de km².

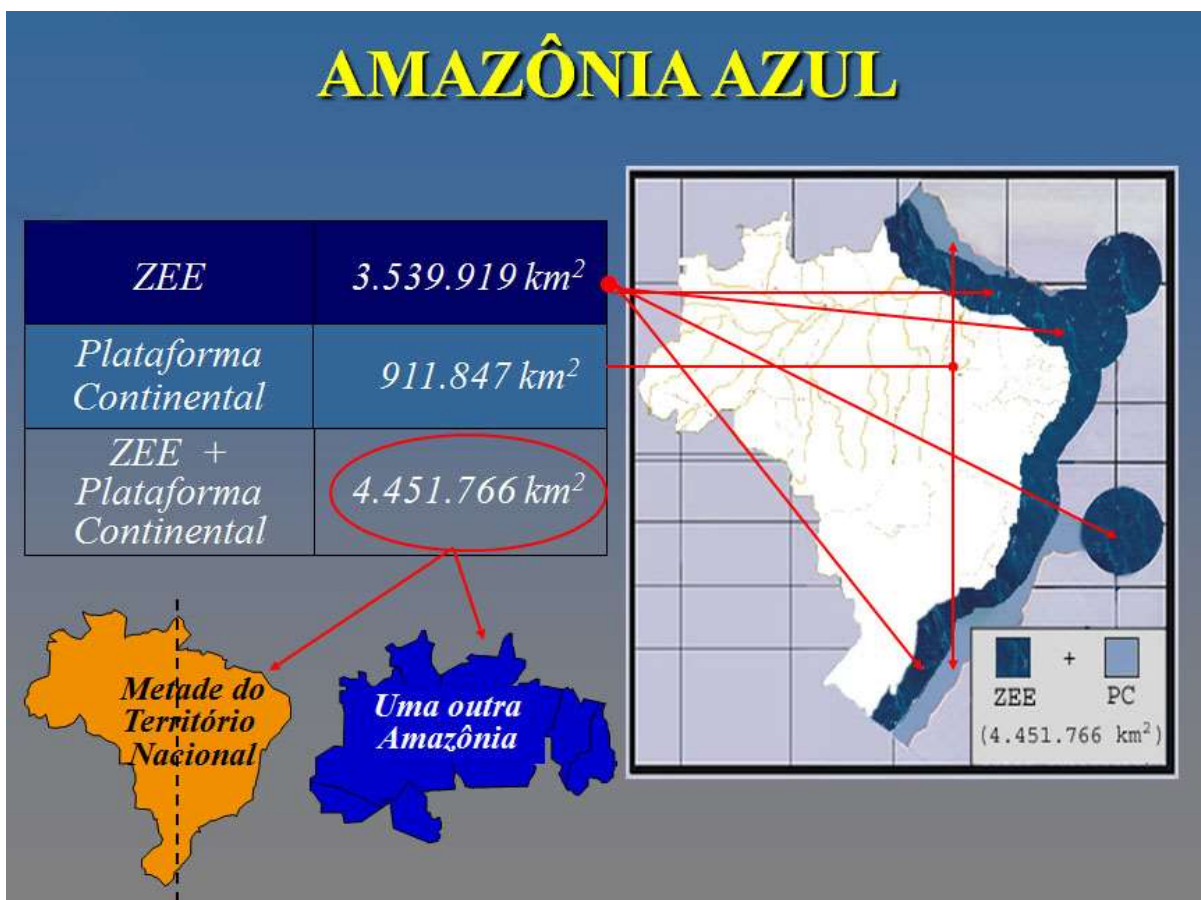
Na área da Amazônia Azul estão as reservas do pré-sal e dele se retira cerca de 85% do petróleo, 75% do gás natural e 45% do pescado produzido no país. Via rotas marítimas são escoados mais de 95% do comércio exterior brasileiro.

Além disso, nessa área existem recursos naturais e uma rica biodiversidade ainda inexplorados.

Desde 2004 o Brasil reivindica junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLCS, sigla em inglês) a extensão dos direitos econômicos sobre a faixa marítima. São mais 2,1 milhões de km², o que elevaria as dimensões do espaço marítimo brasileiro para 5,7 milhões de km².

A descoberta das reservas de petróleo no pré-sal fez o Brasil acelerar esse processo, temendo que as áreas adjacentes à ZEE brasileira passem a ser cobiçadas por outros países. Desde então, a Marinha intensificou sua atuação na defesa da soberania brasileira sobre o espaço, fazendo constantes operações de monitoramento com suas embarcações e investindo em projetos como a construção do primeiro submarino nuclear do hemisfério sul.

A Amazônia Azul tem uma grande reserva de petróleo no seu interior, sendo retirados 1,6 bilhão de barris por dia, gerando cerca de US\$ 35 bilhões por ano. Também há a exploração de gás natural, de onde são extraídos mais de 17 mil metros cúbicos diariamente, além da aquicultura e da pesca. Outros segmentos explorados nesse território são o turismo e o lazer, uma vez que a costa brasileira recebe cruzeiros nacionais e internacionais.



Segundo a Legislação, Amazônia Azul é composta pelas seguintes parcelas:

a) Mar territorial

Estende-se das linhas de base adotadas pelo Estado costeiro até a extensão máxima de 12 milhas náuticas, cerca de 22 km. No mar territorial, o Estado costeiro exerce soberania plena sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente ao mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar.

b) Zona contígua

A convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar permite que o Estado costeiro mantenha sob seu controle uma área de até 12 milhas náuticas, adicionalmente às 12 milhas do mar territorial, para o propósito de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiras, fiscais, de imigração e sanitários no seu território ou mar territorial.

c) Zona econômica exclusiva (ZEE)

Estende-se até a distância máxima de 200 milhas marítimas, cerca de 370 km de extensão, medida a partir das linhas de base adotadas pelo Estado costeiro. Na zona econômica exclusiva, o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da ZEE para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos.

Também tem jurisdição no que se refere à:

- 1) colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas;
- 2) investigação científica marinha; e
- 3) proteção e preservação do meio marinho.

d) Plataforma continental

Na plataforma continental, o Estado costeiro exerce direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, que são os recursos minerais e outros recursos vivos do leito do mar e subsolo bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo.

Os direitos do Estado costeiro na plataforma continental são exclusivos no sentido de que, se o Estado costeiro não explora a plataforma continental ou não aproveita os recursos naturais da mesma, ninguém pode empreender estas atividades sem o expresse consentimento desse Estado.

Amazônia Azul - O patrimônio brasileiro no mar

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar estabelece que todos os bens econômicos existentes sobre o leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas marítimas de largura, a chamada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho.

Em alguns casos, a Plataforma Continental (PC) ultrapassa essa distância, podendo estender a propriedade econômica do Estado até 350 milhas marítimas. No Brasil, essas áreas somadas (ZEE mais a PC) caracterizam a imensa Amazônia Azul.

Medindo quase 4,5 milhões de km², a Amazônia Azul acrescenta ao País uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.

A Amazônia Azul é vital para o Brasil.

Mais de 95% de comércio exterior brasileiro (importações e exportações) é

O novo Mapa do Brasil



realizado por via marítima. Da Amazônia Azul, mais de 80% da produção de petróleo nacional é extraída.

A pesca, a navegação de cabotagem, o turismo marítimo, os esportes náuticos, e, no futuro, a exploração de energia e extração de minérios no leito do mar são outras potencialidades da Amazônia Azul.

Na iminência da expansão do território brasileiro no oceano Atlântico, devemos nos preocupar com a exploração e a preservação desse imenso patrimônio.

Devemos pensar em como protegê-lo, pois ao detentor da riqueza, caberá sempre o ônus da proteção.



LEPLAC	
Brasil	Área km ²
Território	8.500.000
Zona Econômica Exclusiva	3.500.000
Extensão Plataforma Continental	911.000
ZEE + Extensão Plataforma Continental	4.411.000
Território	52% do
BRASIL	12.951.766 km ²

Em setembro de 2004, o Brasil apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (CLPC-ONU) a proposta de extensão de limites da sua plataforma

continental, além das 200 milhas marítimas (cerca de 370 km), conforme previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Caso o nosso pleito seja aceito, isso representará a incorporação de uma área de cerca de 900 mil km² às águas jurisdicionais brasileiras.

A área acima, somada aos cerca de 3,5 milhões km² da zona econômica exclusiva (ZEE), perfaz um total de 4,4 milhões km², o que corresponde aproximadamente à metade do território terrestre nacional ou, ainda comparando as dimensões, a uma nova Amazônia. É essa imensa área marítima que a Marinha vem, insistentemente, chamando de "Amazônia Azul".

A escolha desse nome não tem como propósito criar uma espécie de disputa com a Amazônia verde, que, por conter parcela considerável da água doce do planeta, reservas

minerais de toda ordem e a maior biodiversidade terrestre do planeta, tornou-se riqueza conspicua e suficiente para, após a percepção de que se poderiam desenvolver ameaças à soberania nacional, receber a atenção dos formuladores da política nacional, como pode ser constatado por uma série de notáveis iniciativas governamentais que visam a consolidação de sua integração ao território nacional, a garantia das fronteiras, a ocupação racional do espaço físico e a exploração sustentada dos importantes recursos naturais ali existentes. O que pretendemos é chamar a atenção da sociedade brasileira para uma outra imensa área pela qual também temos obrigação de zelar e que deveria merecer os mesmos cuidados e preocupações, tal a sua importância estratégica e econômica.

Roberto de Guimarães Carvalho, Almirante de Esquadra - Comandante da Marinha do Brasil

Novo livro de Geografia do Brasil

Marinha e MEC revelam o território e riquezas do Brasil que faltavam nas aulas de geografia dos ensinos médio e fundamental.

Segundo o Contra-Almirante José Eduardo Borges de Souza, Secretário da SECIRM, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, "O lançamento desse livro enfocando o mar e suas riquezas, será um marco no ensino brasileiro porque os compêndios de geografia, dedicados aos ensinos médio e fundamental, nunca tiveram o mar como tema." Quem não brincou na infância de traçar os limites do Brasil territorial numa folha de papel olhando apenas para a parte terrestre? E o mar?

Os recursos disponíveis

A Amazônia Azul tem uma imensa diversidade de seres vivos em seu interior. Contudo, os aspectos físico-químicos das suas águas não proporcionam um ambiente muito rico em nutrientes, dificultando a existência de algumas espécies. Sendo assim, mesmo com uma grande variedade de ecossistemas, a quantidade de peixes não é muito significativa.

Isso se torna um problema pela disputada procura pela pesca nesse local, de onde cerca de um milhão de pescadores, devidamente registrados em todo o litoral, tiram seu sustento. Para piorar essa situação, essa atividade ainda é ameaçada pela poluição na costa e pelos interesses da pesca industrial.

Outro cenário preocupante é a aquariofilia, atividade que explora, de forma indevida, peixes ornamentais, o que move cerca de 30 bilhões de dólares todos os anos. O roubo desses animais e das "rochas vivas" nos corais brasileiros para exportação traz grandes dificuldades para a conservação da biodiversidade.

Os recursos minerais

A exploração de recursos minerais representa, aproximadamente, 4% do PIB nacional, mas não existem dados concretos que informam a contribuição dos recursos marinhos nessa porcentagem. Porém, essa colaboração ainda é pequena, sendo a areia e o cascalho os recursos com maior potencial de exploração, depois do petróleo e do gás natural. Também são extraídos metais nobres, como ilmenita, monazita, zirconita e rutilo.

Os recursos energéticos

Cerca de 91% das reservas de petróleo brasileiras se encontram na Amazônia Azul. Além disso, existem outros recursos energéticos que também podem ser extraídos, como a geração de energia por meio de processos marinhos dinâmicos e de processos eólicos.

Os recursos ecossistêmicos

Os recursos ecossistêmicos são aqueles que não podem ser mensurados. Como exemplo, as vias de transporte marítimo, que são o principal serviço ecossistêmico da Amazônia Azul.

O turismo também é um recurso não extrativo, servindo de sustento para muitas famílias litorâneas. Além disso, o oceano ajuda a controlar o clima global e os danos do efeito estufa, amenizando a temperatura média de todo o planeta. A captura de CO² também é um dos benefícios dos mares, que participam ativamente do ciclo global do carbono mediante processos físicos e biológicos.

É imprescindível que o povo brasileiro seja conscientizado sobre o imenso patrimônio existente nas águas do país e sobre a necessidade de preservá-lo e protegê-lo, garantindo uma exploração saudável desse tesouro.

Com um orçamento estimado de R\$ 35 bilhões, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) prevê a construção de cinco submarinos, sendo, um deles, de propulsão nuclear, no maior programa de desenvolvimento de tecnologia militar das Forças Armadas em valores absolutos.

Além de petróleo, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) notificou o governo brasileiro do potencial de extração de metais com elevado valor econômico encontrados, como o níquel, cobre, cobalto e manganês, localizados em grandes profundidades, ao redor de 4.000 metros.

A Marinha sustenta que, apesar do Brasil estar em uma área teoricamente livre de grandes conflitos, atuando no cenário internacional baseado na legitimidade dada pelas Organizações Internacionais Governamentais, a história mostra que se um Estado possui um bem valioso, sobre o qual há uma iminente cobiça ou demanda de outros atores, existe uma situação de insegurança para esta nação, que deve se cercar de meios dissuasivos de poder.

Neste sentido, investimentos em desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento devem ser feitos, pois estes investimentos podem ser necessários para o benefício da sociedade.

Assim, o uso do submarino nuclear é considerado uma ferramenta maximizadora de resultados na região, na medida em que ele não é detectável via satélite e não é visto, sendo instrumento de dissuasão de atos de pirataria na Amazônia Azul, ou até mesmo de ousadia de algum Estado de buscar ofender a plataforma continental.

AS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA AZUL

